

EDITORIAL

Vivemos uma experiência de aceleração alucinante no processo de obtenção de resultados de investigação. Ainda não passou um ano após a identificação da doença COVID-19 e pouco mais de oito meses após os primeiros casos em Portugal, e o número de publicações sobre esta doença é impressionante. Numa pesquisa sumária encontramos a 15 de Novembro, 73738 artigos na “pubmed medline” quando pesquisamos com a palavra “COVID 19”.

Embora uma grande parte destes resultados, ainda vá aguardar melhores confirmações, que não dependem apenas das metodologias, mas sobretudo de tempo, ao final de menos de um ano desta nova doença sabemos possivelmente mais, do que dez anos após o aparecimento da SIDA. E ainda só passaram cerca de trinta e cinco anos desde que surgiu a SIDA.

Esta capacidade de acelerar processos de investigação, particularmente na procura de uma vacina, tem mobilizado toda a comunidade científica, esperando nós que os resultados venham a poder ser utilizados de uma forma solidária em todo o mundo.

A União europeia está a desenvolver um processo de contratualização de vacinas de forma conjunta, e, se tal se concretizar nos termos em que conhecemos, haverá distribuição de vacinas em todos os países da EU de forma proporcional ao número de habitantes. Isso vai permitir que os países mais pobres recebam também vacinas. Não temos a certeza que, em termos mundiais, tal se venha a verificar assim. O mais provável é nos próximos tempos, podermos assistir a países com altos níveis de vacinação e outros com baixos níveis. Esperaremos que a Aliança Global para as Vacinas, liderado pelo português Durão Barroso consiga moderar este inevitável processo competitivo.

Assistimos ainda, na globalidade, a uma partilha de informação relevante sobre esta nova doença. Esperaríamos que os investigadores trabalhassem em colaboração e partilhando informações relevantes, e ao mesmo tempo fossem ajustadas as regras de patentes. Os direitos de monopólio por determinadas moléculas ou produtos não se coaduna com o tempo de crise pandémica em que vivemos.

Esta pandemia, que afeta mais os idosos, que provoca diversas e múltiplas morbilidades, principalmente de natureza respiratória e por vezes muito graves, que origina uma elevada taxa de internamentos e particulares necessidades de cuidados intensivos, exige muitas necessidades de profissionais com diferentes competências clínicas.

As necessidades e respostas dos Enfermeiros de Reabilitação (ER), continuam a ser imprescindíveis, quer porque felizmente, já temos muitos ER em Unidades de Cuidados Intensivos, mas sobretudo porque os ER têm competências muito importantes na ajuda às pessoas com problemas respiratórios. Esta pandemia vai exigir muita reabilitação e muita reabilitação respiratória, o que significa que vai exigir para além de muita enfermagem, muita Enfermagem de Reabilitação.

Nesta revista, associamos a divulgação de alguma da produção científica sobre esta temática. Identificam-se alguns focos sensíveis aos cuidados dos ER, discutem-se alguns impactos da pandemia em outros doentes com necessidades de enfermagem de reabilitação, analisam-se alguns efeitos de programas de cinesiterapia respiratória, apresentam-se alguns resultados do trabalho e da investigação dos Enfermeiros de Reabilitação.

Em boa verdade damos nota nesta revista de que os ER estão alinhados com esta necessidade de investigar, com esta necessidade de nos alinharmos contribuindo para lidar melhor com esta pandemia. Acredito que os ER continuarão atentos e vão ter um papel determinante para a qualidade de vida dos doentes mais afetados pela COVID 19.

Boa leitura

FERNANDO HENRIQUES 

Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Portugal